

## AS MEMÓRIAS DE BRAZ PONCE MARTINS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Gelise Cristine Ponce Martins  
gelise.ponce@yahoo.com.br

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá

### RESUMO

Este artigo estabelece as considerações teóricas e metodológicas que nortearam a análise de “Memorial de um século de cafeicultores” (2003), escrito por Braz Ponce Martins, que conta a história de imigrantes espanhóis que vieram trabalhar na cafeicultura paulista, em fins do século XIX, e nos anos 30 migraram para o norte do Paraná. A crítica da narrativa autobiográfica foi realizada conforme os parâmetros da Nova História Cultural. Trabalhamos com o conceito de identidade, relacionando a autorrepresentação de Braz, como pioneiro e desbravador, ao imaginário da colonização do norte do Paraná. E com conceito de memória, para justificar que as lembranças de Braz fornecem informações sobre o grupo ao qual pertenceu. Por fim, demonstramos que apesar de ser seletiva e construída no presente do autor, a memória é uma fonte histórica relevante, desde que se apresente uma problemática de pesquisa ao estudá-la e se reconstrua contexto social no qual o indivíduo viveu.

**Palavras-chave:** Autobiografia, Memória, Cotidiano, História Cultural, História Oral.

### ABSTRACT

This article establishes the theoretical and methodological considerations that guided the analysis of "Memorial a century coffee growers" (2003), written by Braz Ponce Martins, that tells the history of Spanish immigrants that came to work in coffee production of São Paulo in end of XIX century, and in the '30s migrated north of Paraná. The critique of autobiographical narrative was performed according to the parameters of the New Cultural History. Worked with the concept of identity, relating the self-representation of Braz, a pioneer and trailblazer, the imaginary colonization the north of Paraná. And with the concept of memory, to justify that memories of Braz provide information about the group which he belonged. Finally, we demonstrate that despite being selective and built the present the author memory is a historical source material, since it presents a problematic search to study it and rebuild the social context in which the individual lived.

**Keywords:** Autobiography, Memory, Everyday Life, Cultural History, Oral History.

O presente artigo é parte integrante de nossa dissertação de mestrado, “As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)”, que surgiu da curiosidade de saber como viviam os primeiros

agricultores do norte do Paraná. Ao consultar a História Regional, podemos responder como se deu a colonização deste território, isto é, os lugares de origem dos grupos populacionais que aqui se estabeleceram, os motivos que atraíram estas levas de migrantes, bem como seu rápido e surpreendente desenvolvimento econômico.

Contudo, são raras as informações acerca do cotidiano destas pessoas que, em um curto espaço de tempo, transformaram as florestas em um mar de cafezais e construíram grandes cidades. A fim de elucidar a problemática proposta, analisamos a autobiografia de um pioneiro, que participou deste processo histórico. Este artigo estabelece a tipologia de fontes utilizadas e demonstra os procedimentos teórico-metodológicos que auxiliaram a realização da pesquisa.

### **Apresentação das fontes de pesquisa**

As fontes utilizadas são documentos de cunho biográfico. A relevância deste tipo de documentação é deveras justificada perante as modificações ocorridas na historiografia. A ênfase sobre os processos de longa duração e o estudo preferencial de fontes seriais, defendidos pela Escola dos Annales (1929), não davam espaço ao papel do indivíduo na história. Considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuiriam para o conhecimento do passado, por serem subjetivos e, muitas vezes, distorcerem os fatos, não podendo, portanto, ser representativos de uma época ou de um grupo (ALBERTI, 2005).

A partir da década de 1980, entretanto, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de situações para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares (FERREIRA, 2011).

Graças à valorização da análise qualitativa, o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. Surgiram novos objetos e os historiadores passaram a se interessar pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos no trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade (ALBERTI, 2005). Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso e os debates em torno da memória foram incorporados à história (FERREIRA, 2011).

As memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais são fontes ajustadas a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor (ALBERTI, 2005). Pois, “as sociedades contemporâneas passaram a ter uma verdadeira obsessão pela memória e o passado tornou-se uma das preocupações centrais no mundo ocidental” (FERREIRA, 2011, p. 178).

Portanto, a partir desta supervalorização da memória, os historiadores passaram a rever os objetos da pesquisa histórica, priorizando os estudos do cotidiano e dando ênfase especial às biografias dos personagens comuns e aos testemunhos orais. Essa focalização na historiografia dos indivíduos foi incentivada pela noção de que o passado pode ser interpretado por sua lógica interna e de que o sujeito histórico observado na sua subjetividade é o melhor caminho para se alcançar este fim (FERREIRA, 2011).

### **Memorial de um Século de Cafeicultores**

Como nossa pesquisa embasa-se na análise da autobiografia de Braz Ponce Martins, primeiramente, segue-se uma breve biografia do autor e as condições em que foram redigidas suas memórias. Braz nasceu em 21 de abril de 1929, na cidade de Promissão, no Estado de São Paulo. Sua autobiografia começou a ser redigida no ano 2000, na máquina de datilografar, a partir da constatação de que suas histórias dariam um livro. No processo de rememoração, reuniu cartas, fotos e diários antigos. Cada página escrita era lida e comentada com qualquer um que fosse visitá-lo. O resultado foi um livro de 128 páginas, intitulado “Memorial de um Século de Cafeicultores”.

O memorial corresponde a duas faces de uma moeda. De um lado a minha biografia retirada de minhas remotas lembranças de quase setenta anos. Contarei a origem de nossos pais, de nossa família, de minha vida e de meus filhos; dos bons e maus momentos vividos, e de outro lado, a nossa família como cafeicultores até os dias atuais (PONCE MARTINS, 2003, p.4).

O livro, cuja capa ostenta um majestoso cafezal, foi publicado em 2003, por uma pequena gráfica do município de Cianorte, no noroeste do Paraná. Foram impressos, autografados e distribuídos duzentos exemplares, para os familiares e amigos, em sua festa de aniversário de 74 anos, em 2003. No ano seguinte, Braz comentava que faria uma segunda edição, porque não paravam de surgir parentes de todo canto, pedindo um exemplar e ele já tinha doado até o seu. Intuito este que não chegou a ser realizado,

porque no dia 9 de junho, Braz faleceu acometido por um câncer generalizado.

Para escrever uma autobiografia é preciso eficiência cognitiva, pois a memória de longa duração, episódica e declarativa, necessita da capacidade de organização para que o sujeito da história consiga resgatar os eventos vividos e relatá-los (FORTUNA, 2000). Deste modo, antes de adentrarmos na análise das memórias, é preciso destacar que, não obstante fosse membro de uma família de origem humilde, Braz não é um trabalhador rural típico. Ele faz parte de uma minoria que teve acesso à educação formal.

Quando criança, Braz caminhava quilômetros para chegar à escola mais próxima de sua residência, uma chácara nas imediações de Londrina. Desde o primário, demonstrou ser um bom aluno, obtinha notas altas e era sempre elogiado por seus professores. Na juventude, Braz frequentou o Ginásio noturno, em Londrina. Com dificuldades, conciliava o trabalho com os estudos, tendo que realizar suas tarefas durante o horário de almoço. Tivemos acesso a seu histórico escolar do Ginásio, onde consta bom desempenho até na disciplina de francês.

Trata-se de um indivíduo determinado a vencer as adversidades e que detinha um nível de escolaridade maior que os demais agricultores que viveram na região na mesma época. Visto que, de acordo com Almeida (1981), a maioria dos trabalhadores rurais que migraram para Londrina, entre as décadas de 1940 e 1960, possuía baixa escolaridade. Inclusive, Braz detinha uma sensibilidade artística.

Dona Alzira depois de casada me levava para sua casa e me ensinava a retocar os desenhos que eu fazia na escola. Num dia me aconselhou a frequentar uma escola de Belas Artes, se possível em Curitiba. Foi ela que descobriu que eu tinha dom para as artes, mas seu marido, que se encontrava no balcão da venda, respondeu: Coitado, esse aí vai ter que penar muito limpando covas de café e a família dele nunca vai deixar que largue os serviços da roça.<sup>1</sup> Minha professora enxergava longe, pois há 40 anos faço artesanato e pequenas esculturas, já estou na obra de número 1200 (PONCE MARTINS, 2003, p. 27).

Apesar de nunca ter realizado nenhum curso, Braz desenhava muito bem e fazia esculturas em madeira, as quais se encontram expostas em uma sala de sua residência e até já foram matéria de reportagens de telejornais locais.<sup>2</sup> “Houve reportagem no jornal

---

<sup>1</sup> Dona Alzira e Dona Anita foram as primeiras professoras de Braz. Quando ele estava no terceiro ano primário, na escola do Jaborandi, em Rolândia, Dona Alzira se casou e foi substituída por Dona Carlota. O marido de Dona Alzira, Elídio Machado, trabalhava em uma venda, “a pioneira do Quinze”, cujo proprietário era Athanásio Bello, descendente de gregos, oriundo de Cambé (PONCE MARTINS, 2003).

<sup>2</sup> Nos arquivos pessoais de Braz, encontramos uma fita cassete contendo gravações caseiras, realizadas diretamente da televisão. Onde constam quatro entrevistas feitas entre os anos de 1992 e 1993. A primeira reportagem é do Programa da COCAMAR, a segunda de um telejornal do SBT, a terceira de um

de serviços da COCAMAR e outras três apresentadas pela televisão. E no ano passado foi feita uma exposição no Lions Club de Cianorte [...]” (PONCE MARTINS, 2003, p.122).

“Memorial de um século de cafeicultores” (2003) conta a história de uma família de imigrantes espanhóis que vieram trabalhar como colonos nas plantações de café do oeste paulista, em fins do século XIX. Na década de 1910, tornaram-se pequenos proprietários e, no início dos anos 30, migraram para o norte do Paraná, seguindo a famosa “marcha para o oeste”.<sup>3</sup> Em 1938, a família se estabeleceu em Rolândia, mudou-se para Londrina, em 1945 e, em 1959, para Cianorte. Não obstante a narrativa se estenda até o presente do autor, realizamos um recorte espaço-temporal (1897-1975), a fim de inserir sua trajetória no processo de (re)ocupação capitalista do norte do Paraná.

Como a trajetória de vida deve ser organizada cronológica e coerentemente (SANTOS, 2005), dividimos a narrativa de Braz Ponce Martins em quatro momentos distintos. Entretanto, deixamos claro que esta não foi a intenção do autor, mas o meio encontrado para facilitar a confrontação dos dados históricos extraídos do relato, com a bibliografia levantada sobre os temas que este incita, com a finalidade de verificar como as informações são estruturadas e sua procedência.

Em um primeiro momento, temos a história das origens. Através dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe lhe contava, Braz reconstrói o passado da família, relacionando-o a fatos históricos. Suas referências a eventos específicos nos deram margem para maior investigação. Pois, de acordo com Santos (2005), a citação de datas, locais e fatos de domínio público permitem a construção de um contexto mais próximo do real, incluído nos acontecimentos sociais, econômicos e políticos. Braz descreve as regiões em que seus pais, imigrantes espanhóis, viveram. Devido às aquisições de terras, a mobilidade geográfica da família era constante. De Ribeirão Preto mudou-se para Penápolis, Promissão e depois, para o norte do Paraná.

Em um segundo momento, temos os relatos das aventuras infantis, nos quais as lembranças de Braz mesclam-se com as recordações de sua família. Pois, desde que a criança se interessa pela significação das imagens e dos quadros que percebe, ela pensa em comum com os outros. O contato com os adultos faz com que adquira meios de encontrar e precisar as lembranças. A vida da criança mergulha muito mais do que se

---

telejornal da Rede Globo e a quarta de uma emissora não identificada. Temos em mãos uma cópia em DVD.

<sup>3</sup> A marcha para oeste consistia na busca de terras ainda não esgotadas pelo processo predatório de cultivo do café, que do oeste paulista alcançou o norte paraense (BELLOTTO, 1992).

imagina nos meios sociais (HALBWACHS, 2004).

Nesta parte da narrativa, transparecem os modos de vida dos colonos espanhóis no interior de São Paulo. Braz descreve as brincadeiras, os cachorros, o caminhão que realizava as mudanças, as festas juninas e os casamentos. Mas destaca, principalmente, o grande esforço para economizar, uma vez que a família almejava comprar um pedaço de terra. As lembranças da infância de Braz também mostram as primeiras impressões da família ao se estabelecer no norte do Paraná, o cotidiano na fazenda São Manuel, em Rolândia e a rotina da chácara, nas imediações de Londrina.

Braz descreve como foi realizada a mudança da família de São Paulo para o Paraná, a derrubada da mata, a construção dos ranchos de palmito e primeiras casas de madeira, o plantio dos cafezais, as relações de trabalho, a alimentação, as festas, a religiosidade popular, a rotina na escola e as dificuldades enfrentadas pela família durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>4</sup> Por descrever o cotidiano das crianças, a autobiografia contribui para o enriquecimento da História Regional, cujos estudos priorizam a atuação dos adultos.

Quando se faz relatos sobre os pioneiros, o comum é destacar a atuação dos adultos. Assim, pouco se tem falado e escrito sobre as crianças e a sua participação nos acontecimentos e também sobre o modo como viram e viveram nos primeiros tempos. Mas há assuntos que se revestem de maior credibilidade quando relatados por crianças [...]. Por exemplo, como eram as aulas na primeira escolinha? Como eram as brincadeiras e os momentos de lazer (CERNEV, 1995, p.228)?

Em terceiro lugar, verificamos os relatos da juventude, que se inserem no contexto das migrações no campo e entre campo e cidade. Nas décadas de 1940 e 1960, os deslocamentos populacionais são constantes no norte do Paraná. Período em que se observa a expansão das zonas de fronteira e o crescimento das cidades da região. De acordo com Almeida (1981), os trabalhadores rurais se deslocavam em busca de melhoria nas condições de vida.

Nas lembranças da juventude, destaca-se a rotina de estudos, trabalho, política<sup>5</sup> e

---

<sup>4</sup> Sobre as dificuldades enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial, Braz destaca a xenofobia dos colegas de escola (achavam que ele fosse descendente de alemães, por ter a pele e os cabelos claros) e o racionamento de alimentos (que faz com surgisse uma espécie de escambo entre os vizinhos).

<sup>5</sup> O pós-1945 foi um período de aprendizagem política para as classes populares brasileiras, proporcionando avanços na democracia, sem, contudo, constituir uma cidadania plena entre os trabalhadores pobres. Nas eleições ocorridas em Londrina, entre 1951 e 1968, o percentual de votantes foi muito baixo em relação ao total da população (SOUZA, 2008). O interesse de Braz pela política local pode ser explicado pelo fato de possuir uma escolaridade elevada para os padrões da época. Pois, segundo Almeida

lazer de Braz Ponce Martins. Esta parte da autobiografia revela aspectos interessantes de Londrina, na década de 1950 (como por exemplo, a inauguração do Cine Teatro Ouro Verde, os artistas que vieram no Grêmio Literário e os comícios de Gaspar Dutra, de Getúlio Vargas e de Plínio Salgado, realizados na Concha Acústica), bem como o crescimento vertiginoso da cidade, carente de infraestrutura.

Por fim, temos a fase adulta que se estende até o presente do autor, quando redige as memórias, já com mais de 70 anos. Neste ponto, observamos a construção de sua identidade como pioneiro, participante do processo de colonização do norte do Paraná. Braz e sua família transitaram por Rolândia, Londrina, São Tomé e Cianorte, seguindo o rastro dos loteamentos efetuados pela CTNP/CMNP.<sup>6</sup> Também encontramos referências a outras cidades que surgiam neste contexto, como Maringá, Umuarama e até mesmo algumas do oeste, como Jesuítas, onde Braz comprou um lote de terras.

São preciosas as descrições de como adquire as propriedades, o local, a extensão, valor, formas de pagamento, desbravamento das matas, detalhes sobre a vegetação e estabelecimento no sítio pela família. Como são construídas as casas, como é iniciada a plantação do café e a contratação de mão de obra (empreiteiros, colonos, parceiros, “porcenteiros”, “boias-frias”). Além de fazer referências aos nascentes centros urbanos, à precariedade das estradas de rodagem e à violência das áreas de colonização recente.

Como a herança historiográfica nacional constituiu-se em função de problemas que implicam o desprezo pelo estudo de particularidades regionais e locais e o repúdio à consideração do papel dos indivíduos na produção dos processos históricos (DIAS; ROLLO GONÇALVES, 2009). Não existem muitas pesquisas sobre personagens pouco conhecidos, o que torna este tipo de resgate e enfoque memorialístico uma necessidade e uma experiência inovadora (CUNHA, 2009).

Neste sentido, “Memorial de um Século de Cafeicultores” constitui-se em uma fonte privilegiada para a compreensão do cotidiano de pequenos agricultores, inseridos no processo de expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte do Paraná.<sup>7</sup> Pois,

---

(1981), quanto maior o nível de escolaridade, maior a participação do migrante rural no meio urbano.

<sup>6</sup> Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A CTNP foi fundada em 1924, por um grupo inglês que, impressionado pela fertilidade das terras roxas, obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a CMNP (ALBUQUERQUE, 1995).

<sup>7</sup> A trajetória dos Ponce ilustra a já tão discutida afirmativa de que a maioria dos habitantes do norte paranaense é proveniente do interior paulista, que em vista da diminuição das zonas de fronteira, do esgotamento do solo e das políticas de restrição ao cultivo do café, migra para esta região em busca de terras férteis.

conforme Karnal e Tatsch (2009), o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade.

### **Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins**

Nossa pesquisa não ficaria completa, caso se pautasse apenas na autobiografia. Analisar esta ou qualquer outra fonte requer a consulta a outros documentos referentes à mesma época. Pois, o que caracteriza a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos (FERREIRA, 2009). Com base neste pressuposto, além da bibliografia disponível sobre a temática, consultamos os arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

De acordo com Ribeiro (1998), o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, é o anseio de ser, a posteriori, reconhecido por uma identidade digna de nota. Por conseguinte, não existe um recorte radical entre memórias e anexos deixados, por um lado e, por outro, coleções de objetos. A distinção entre o texto e o objeto material, entre a intencionalidade maior e a menor, assim se reduz. Dentre os documentos pessoais encontrados na residência de Braz, destacamos os mais relevantes para a pesquisa: 10 escrituras de propriedade rurais, várias fotografias antigas e esculturas em madeira.

Devemos relativizar a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. E destacar o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos, ou seja, a relação entre indivíduo e sociedade (HEYMANN, 1997). Segue-se uma breve descrição das fontes selecionadas, que evidenciam o que há de social nos arquivos pessoais de Braz.

As escrituras nos auxiliaram a identificar a localização, a dimensão dos sítios e a época em que foram comprados, além do valor das transações comerciais. Os 10 lotes de terra, localizados em São Tomé, adquiridos entre 1953 e 1982, foram comprados da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Dedicamos parte de nossa dissertação para compreender o papel da CMNP na colonização da região. E demonstramos em que medida a autobiografia de Braz e os demais documentos confirmam ou se destoam do discurso oficial propagado sobre as ações desta empresa privada.

Algumas das fotografias antigas foram utilizadas em nossa dissertação. Como ressaltava Kossoy (2001), as fotografias sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá, as personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam e desaparecem. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive. Inicia-se, portanto, outra realidade, a do documento. A fotografia é instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Não se esgota em si mesma – pelo contrário, é o ponto de partida, a pista para tentar desvendar o passado.

Vale lembrar que as imagens selecionadas não somente ilustram o relato escrito, mas revelam-nos detalhes que não constam na narrativa. E ainda mostram o olhar da família em relação aos locais que viveram/conheceram e aos eventos que participaram/presenciaram. Pois, conforme Pesavento (2008), a imagem não tem a função de meramente ilustrar os fatos, personagens ou espaços mencionados pela narrativa. As imagens são fruto das ações humanas, que interpretam e recriam o mundo como representação; são, portanto, traços de uma experiência sensorial e emotiva. E, para além das sensações que produzem o efeito visual, as imagens são mentais, oriundas de uma percepção que nos remete aos processos da esfera cognitiva de reconhecimento, identificação, classificação e atribuições de significados.



**Braz e família em frente à primeira casa construída no lote 376, em São Tomé. Fonte: arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.**

Grande parte destas fotos antigas é de casas em que a família viveu, nas regiões pelas quais passou. A casa, tradicional microcosmo do social, reduto da intimidade, mas também do aparecer social, é citada em todos os episódios de deslocamento espacial da família. As casas têm espaço privilegiado nas memórias e nos arquivos de Braz. Isto porque as “casas são raízes, e se existe uma forma de inscrever no tempo e na terra uma presença, a representação do espaço construído, de propriedade de uma família, é uma

imagem exemplar” (PESAVENTO, 2008, p.22).

Entre 1960 e 2004, Braz confeccionou 1300 esculturas em madeira. Todas contêm nomenclatura, data de fabricação e numeração de ordem. Várias foram doadas, mas a maioria se encontra no “Ateliê Arte Braz”. Escolhemos as que ilustram as histórias contadas no livro, evidenciando como Braz materializava suas lembranças.



O autor no “Ateliê Arte Braz”, em 2003. Fonte: Arquivos pessoais de Braz Ponce Martins.

Esculpidas com riqueza de detalhes, cada uma traz em si um trecho da história de seu autor. Por exemplo, a obra intitulada “Sinistro no coqueiro macaúba” alude à anedota de mesmo nome. Segundo a qual, uma lasca de pau de um coqueiro adentra na cabeça de Braz, enquanto brincava com seus irmãos e amigos, em Promissão, no ano de 1935. A escultura mostra Braz sentado embaixo do coqueiro com o pau enfiado no alto da cabeça, cinco crianças a sua volta, um chapéu (cujo feltro foi utilizado para auxiliar na cicatrização do ferimento) e os cocos espalhados pelo chão.



“Sinistro no coqueiro macaúba”. Fonte: PONCE MARTINS, 2003, p. 12.

Apesar dos artefatos possuírem trajetórias específicas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los nas diversas modalidades e efeitos das

apropriações de que fizeram parte (MENESES, 1998). Nesta perspectiva, não é o objeto em si que interessa, mas o objeto em situação, que adquire forma e densidade na medida em que é socialmente utilizado (RAMOS, 2011). As esculturas auxiliam a compreender a produção das memórias de Braz Ponce Martins e o seu contexto histórico.<sup>8</sup>

### **Entrevistas com familiares**

O relato autobiográfico pode ser enriquecido mediante entrevistas com pessoas próximas do protagonista (GONZÁLES MARTÍNEZ; NARANJO OROVIO, 1984). Uma vez que os acontecimentos da vida do indivíduo que se fazem mais presentes são também os gravados na memória dos grupos mais chegados a ele (HALBWAHS, 2004). Em consonância com esta perspectiva, entrevistamos Mariana Gonçalves Martins,<sup>9</sup> esposa de Braz e seu filho Gines Ponce Martins,<sup>10</sup> baseando-nos na metodologia da história oral.

História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. A entrevista é a forma mais difundida da coleta de dados orais. Supõe uma conversação entre informante e pesquisador, este último que a dirige, através de um roteiro previamente estabelecido ou aparentemente sem roteiro, mas conforme uma sistematização. Elas fornecem dados originais ou completam os já fornecidos por outras fontes (QUEIROZ, 1991).

Neste trabalho, o roteiro de perguntas foi previamente elaborado, a fim de obter mais informações acerca da narrativa autobiográfica. As entrevistas realizadas se encontram gravadas e transcritas e utilizamos apenas alguns trechos. As entrevistas

---

<sup>8</sup> Os dotes artísticos são observados em outros membros da família. Seu irmão Antonio Ponce Martins, confeccionava esculturas em madeira para vender. E seu primo Antônio Ponce Cruz, atualmente com 84 anos, residente em Londrina, possui um “ateliê”, com esculturas feitas a partir de tocos de árvores (PONCE MARTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 14 de setembro de 2012).

<sup>9</sup> Mariana Gonçalves Martins nasceu em 13 de outubro de 1939, na cidade de Cambé, no Paraná. Coursou até o segundo ano do curso primário e sempre trabalhou no campo, primeiramente com seus pais e posteriormente ao lado do marido. Atualmente, reside em Cianorte e é dona de casa.

<sup>10</sup> Gines Ponce Martins nasceu em 31 de março de 1961, na zona rural de Cianorte. Coursou Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná, formando-se em 1984. No mesmo ano, casou-se com Silvia de Oliveira Martins, com quem teve dois filhos, Gelise Cristine Ponce Martins e Alexandre Luís Ponce Martins. Atualmente, Gines reside em Cianorte e trabalha como engenheiro civil.

presentes neste artigo foram realizadas em 2012, com o objetivo de complementar alguns pontos da narrativa sobre o contexto histórico pesquisado.

A história oral pode ser útil em vários campos de pesquisa, dentre os quais destacamos os que se referem à nossa problemática: a história do cotidiano e a história da memória. As entrevistas de história de vida podem conter descrições bastante fidedignas das ações cotidianas. E são muito interessantes, na medida em que levam à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo, justamente devido à subjetividade contida no relato do entrevistado (ALBERTI, 2005). Concordamos com Pollak (1992), no sentido de que, quer os historiadores trabalhem com escritos biográficos ou com relatos, o importante é “como” eles trabalham, e não com “o que. Pois, a história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, de transformação.

Tendo em vista a necessidade de precisar o estatuto da história oral, Ferreira (2011) esclarece que esta não pode ser compreendida como uma técnica, nem como uma disciplina. Em conformidade com seus argumentos, consideramos a história oral como um método de investigação, que funciona como uma espécie de ponte entre a teoria e a prática. A história oral é capaz de suscitar, porém, jamais solucionar questões, formula as perguntas, mas não oferece respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas na historiografia e na teoria da história. Por ser uma metodologia, a história oral não dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamento descritos. Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos.

### **Apontamentos teórico-metodológicos**

Considerando que a autobiografia e os documentos pessoais de Braz Ponce Martins não podem ser analisados em seu contexto histórico-social, somente tendo como apoio as entrevistas com seus familiares e a bibliografia consultada. Realizamos uma discussão teórica, inserindo a pesquisa no âmbito da História Cultural. Com o objetivo de elucidar a problemática relação entre história e memória, demonstrar como deve ser realizada a crítica das fontes e a abordagem do cotidiano como objeto histórico.

### **As memórias de Braz Ponce Martins como objeto da História Cultural**

Nosso trabalho insere-se na linha da História Cultural. Por se tratar de um campo bastante amplo e controverso, esboçamos, resumidamente, apenas os aspectos desta concepção de história que se encaixam em nossa problemática de pesquisa. Isto é, a cultura<sup>11</sup> de pessoas comuns. A Nova História Cultural, a partir de 1980, a passa a recuperar a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005). Esta abordagem se inspirou na antropologia, que ofereceu um modelo teórico alternativo: ampliação do estudo de caso, onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e econômico e para os indivíduos, rostos na multidão (BURKE, 2008).

Por trabalharmos com narrativas de memória, é preciso focar esta questão no âmbito da História Cultural. Criticada pelas primeiras gerações dos Annales, por estar associada à História Metódica, linear e puramente factual, a história-narrativa foi substituída pela história-problema (FALCON, 1997). A narrativa retornou juntamente com a preocupação com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão sentido às suas experiências, suas vidas, seus mundos. Ou seja, o atual interesse pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura em particular, as histórias que as pessoas “contam a si mesmas sobre si mesmas”. Tais narrativas culturais, como foram chamadas, oferecem pistas importantes sobre o mundo em que foram contadas (BURKE, 2008).

Creio que tudo que é da ordem da experiência humana é útil para o historiador, mesmo se essa experiência deriva de narrativas. Mais vale termos o maior número de experiências humanas possíveis na existência, quando nos pretendemos historiador: isso facilita a adoção de uma ótica compreensiva com relação às pessoas do passado (CORBIN, 2005, p. 14).

A atividade dos indivíduos que se ocupam da memória-mensagem assemelha-se à do narrador que Benjamin analisa. A arte da narrativa pressupõe a marca da experiência vivida. O bom narrador é aquele capaz de intercambiar experiências. O caráter normativo da memória-mensagem tem seu correspondente, no texto de Benjamin, nas qualidades de ensinamento moral e de sugestão prática da narrativa. Para ele, o narrador é o homem que sabe dar conselhos (apud BARROS, 1989). Nestes termos, podemos considerar Braz Ponce Martins um bom narrador, visto que narra suas

---

<sup>11</sup> A preocupação antropológica com o cotidiano encorajou o emprego do termo cultura em sentido amplo, como sendo: “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871 apud BURKE, 2008, p. 43).

experiências com o objetivo de transmitir ensinamentos entre as gerações, principalmente no que tange à importância do trabalho:

Economicamente, tomei gosto pelo café quando ainda era criança, mais ou menos com seis anos. No sítio do Barreiro, na cidade de Promissão – São Paulo, papai havia abandonado um taião de cafezal improdutivo [...] mas mesmo assim, alguns pés de café ainda produziam. Papai, desejando aproveitar aquele produto, pediu-me que colhesse aqueles grãos em cereja, pagando-me 400 réis por litro catado. Eu, por minha vez, com muito trabalho, consegui colher apenas um litro e papai me pagou com uma moeda tão grande que não cabia na minha mão. [...] Foi um grande incentivo de nosso pai. Aquele litro de café representou muita coisa pra mim, ou seja: “Ganharás o teu pão com o suor de teu rosto” (PONCE MARTINS, 2003, p. 3).

Uma característica importante da Nova História Cultural é o interesse cada vez maior em documentos pessoais, ou “documentos-ego”, que são textos escritos em primeira pessoa, sob a forma de cartas, narrativas de viagens, diários ou autobiografias, tendo em vista a construção da identidade. Esta preocupação é uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos (BURKE, 2008). Mas esse interesse pelas memórias também pode ser conduzido pelas exigências de comunidades, para as quais a presença do passado no presente é essencial para a construção de seu ser coletivo (CHARTIER, 2009).

Segundo Ferreira (2009), os historiadores que trabalham com uma fonte literária devem interrogar o papel que esta cumpre nas condições sociais e culturais de uma época e a que público se destina. Neste sentido, apropriamo-nos dos argumentos apresentados por Burke (2008) e Chartier (2009), que justificam o atual interesse pelas memórias, para explicar os motivos que levaram Braz a se autobiografar.

Por um lado, trata-se de uma operação de reafirmação da identidade de uma pequena comunidade de agricultores, cujo decorrer do tempo, fez com que o destino de seus membros se separasse. A autobiografia tem a função de reacender o sentimento de pertencimento ao grupo, o orgulho das raízes. E demonstrar que o café continuava a ser o elo identitário entre os familiares, embora estes estivessem se espalhado por regiões distintas (interior de São Paulo, Mato Grosso e norte do Paraná). Por outro lado, a autobiografia visa transmitir o passado da família aos seus novos integrantes. Apesar do distanciamento espaço-temporal, a memória compartilhada ajuda a integrar os mais jovens ao grupo, evitando a perda da identidade.

Em síntese, a autobiografia é escrita para a família do autor, com o intuito de

preservar a história desta e torná-la conhecida pelas novas gerações. Objetivo válido, uma vez que, por um lado, a transmissão cultural, através das gerações, é fundamental para a continuação da história familiar e social (FORTUNA, 2000). E, por outro, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode ir além de sua própria morte (THOMPSON, 1992).

Neste sentido, o recurso da autobiografia torna-se de grande relevância para a construção da memória individual e coletiva e, em consequência, da identidade familiar e social. Pois, de acordo com Rousso (2001), a memória constitui um elemento de identidade, de percepção de si e dos outros. Assim sendo, o conceito de identidade não pode passar ao largo de nossa pesquisa.

### **A construção da identidade de Braz Ponce Martins e o imaginário da colonização do norte do Paraná**

Primeiramente, esclarecemos que o conceito de identidade, tão caro à História Cultural, é deveras problemático para ser esgotado neste artigo. Procuramos elucidá-lo, de modo breve, e relacioná-lo à autobiografia de Braz e ao contexto em que sua trajetória se insere, ou seja, a história do norte do Paraná.

Castells (2003) define a identidade como um processo de construção do significado com base num atributo cultural, que prevalece sob outras formas de significado. Pode haver identidades múltiplas para um dado indivíduo. A identidade, para Pollak (1992), é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. A imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria. A imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria. Para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Braz Ponce Martins constrói sua identidade nos termos de imigrante, cafeicultor e pioneiro. Sua família integra o processo de abertura das novas frentes pioneiras,<sup>12</sup> em Rolândia e Londrina, nos anos 30 e 40. E, ele próprio, na região de Cianorte e Jesuítas, na década de 1950. Ao realizar a leitura da obra, percebemos que Braz enaltece sua história

---

<sup>12</sup> Em geral, uma zona pioneira é caracterizada pela aceleração da expansão agrícola e pelo fluxo de uma forte corrente humana. Quando a agricultura e o povoamento provocam um “boom” ou “rush”. Então, os preços das terras se elevam, as matas são derrubadas, casas e ruas construídas, povoados e cidades “saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população” (MONBEIG, 1984, p.282).

e a de seus familiares, ao representar a si e a estes como heróis que travaram uma luta árdua contra o desconhecido, desbravando terras inóspitas: “[...] pioneiro da Cariaçu [...] pioneiro de Jesuítas. A cruz de ser desbravador é muito pesada” (PONCE MARTINS, 2003, p. 81). Talvez, o modo de referenciar seu passado como uma aventura deva-se à influência dos romances que lia avidamente.<sup>13</sup>

A postura de Braz confirma que o desejo de perpetuar-se e de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória (RIBEIRO, 2009). De acordo com Halbwachs (2004), a memória é uma construção social e fenômeno coletivo, e, portanto, a identidade se constrói na interação entre o eu e a sociedade. Deste modo, não podemos deixar de comparar a autorrepresentação de Braz com o imaginário da colonização do norte do Paraná.

O papel atribuído aos pioneiros no norte do Paraná é muito valorizado pela História Regional. “O pioneiro foi o responsável pela consolidação do norte do Paraná enquanto região cafeeira” (ARIAS NETO, 1998, p. 140). Professoras de Cianorte organizaram um livro que o próprio título deixa transparecer o intento: “Cianorte, sua história contada pelos pioneiros”. A figura do pioneiro é enaltecida logo no primeiro parágrafo do livro. “A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram. Na medida em que se estabelece a linha de vida de um pioneiro e vai-se contando as obras construídas por ele, delineia-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir” (CIOFFI; PRAXEDES; VARELLA; MESQUITA, 1995, p.1).

Sonia Adum (1992) verifica a existência de várias definições de pioneiro. No dicionário Aurélio são encontrados três sentidos para o termo: o explorador de sertão, o precursor de uma obra e o antecipador de empreendimentos. No caso da produção simbólica acerca do norte do Paraná, a noção de pioneiro adquire nuances diferenciadas conforme a época e o grupo produtor da representação. Em muitos textos, o pioneiro no norte do Paraná é denominado bandeirante moderno, numa clara identificação às bandeiras paulistas dos séculos XVII e XVIII. Em outras publicações, é ressaltado como o pioneiro, aquele que está entre os primeiros que chegaram, derrubaram as matas e construíram as primeiras edificações.

O grupo pioneiro no norte do Paraná partilha de um mesmo conjunto de

---

<sup>13</sup> Nos arquivos pessoais de Braz, há uma pequena biblioteca com exemplares de romances da literatura universal e nacional, com destaque para a coleção completa de Jorge Amado. Braz costumava ler todos os finais de semana e contar trechos das histórias aos netos.

representações e de uma memória comum, que se caracteriza por uma atribuição de valores de heroísmo à ação colonizadora com base na livre iniciativa, capitaneada pela CTNP. O grupo termina por se identificar a esta ação colonizadora, assumindo para si tanto os valores, como a visão liberal da história que a CTNP difunde em várias publicações, ao longo dos anos. Diferente do aventureiro, o pioneiro cria raízes, estabelecendo-se de forma permanente, promovendo a instituição de condições sócio-espaciais que facilitam a estabilização da memória do grupo (ADUM, 1992).

De acordo com Tomazi (1989), o discurso oficial enaltece os capitalistas ingleses, fazendeiros, diretores e funcionários da Companhia de Terras e lhes atribui a causa da pujança regional. No livro comemorativo do cinquentenário da CMNP (1975), destaca-se a importância da iniciativa individual, do tino empresarial destes pioneiros. As fotografias dos “mais importantes” foram publicadas como se fossem bustos, para nunca mais serem esquecidos. Esta história contada pela Companhia exalta a figura de grandes personagens, que por si só explicam o crescimento e o progresso da região. Para Cesário (1991), estes “grandes pioneiros” constituíram uma elite que atuou na política local e deixou aos seus herdeiros a liderança nestas cidades.

Em contrapartida, para Almeida (1995), os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória. São raros os estudos dedicados aos “pioneiros autênticos”, pequenos agricultores que chegaram à região, atraídos pela promessa de lucro fácil e rápido, mas que tiveram suas trajetórias marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas. Neste sentido, as pessoas simples, migrantes anônimos que derrubaram as matas, adquiriram pequenos lotes de terras parcelados e que, de acordo com Cancian (1981), também participaram da produção do café no Estado, teriam sido esquecidos pela História Regional.

[...] o papel que os migrantes estrangeiros e nacionais têm ocupado nos relatos fornecidos pela História Regional é o de meros coadjuvantes no processo [...]. Ao se apropriarem daquelas imagens míticas do pioneiro como sendo o primeiro a chegar e o fundador, tentam transformar o passado de pequenos atos em fatos históricos dotados de significados históricos e capazes de lhe conferirem uma identidade e um lugar na História. São, portanto, os pequenos agricultores que ao chegarem à região, atraídos pela imagem da “Terra da Promissão” e do “Eldorado” e pela promessa de lucros fáceis e rápidos, mas que tiveram suas trajetórias de vida marcadas por grandes dificuldades socioeconômicas que são designados aqui, como os pioneiros autênticos (ALMEIDA, 1995, p. 38).

Esta oposição entre “grandes pioneiros” e “pequenos pioneiros”, evidencia de um

confronto ideológico, uma disputa entre a história dos vencedores e a dos vencidos.<sup>14</sup> Enquanto a historiografia tradicional destaca a ação dos que venceram, a fim de reforçar a ideia de que a região só trouxe prosperidade aos que nela investiram. Alguns estudos recentes, influenciados pelo materialismo histórico-dialético, mostram as consequências acarretadas pelo progresso, como o desmatamento e a exploração do trabalho.

Conforme Arias Neto (1998), não se trata de negar o desenvolvimento do norte do Paraná. Mas de perceber como as representações que buscaram legitimá-lo, atropelaram determinados atores deste crescimento. A presença de homens e mulheres, os quais atuaram na construção da região, foi dissimulada pelo ímpeto das imagens do progresso e suas memórias foram soterradas<sup>15</sup> por cronistas, historiadores e cientistas sociais, cujos olhares estavam ofuscados pelo brilho da “Cidade de Ouro”.<sup>16</sup>

Não nos posicionamos a favor e nem contra os “grandes” e/ou “pequenos pioneiros”, porque, como já dizia Hobsbawm (1998), uma história das minorias não pode ser uma boa história.<sup>17</sup> Procuramos evidenciar as contribuições dos pioneiros de modo geral, ao estudar a ação das companhias que efetivaram a ocupação capitalista da região e conceberam um discurso para legitimá-la. Bem como, o cotidiano dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que lutaram para cultivar e/ou conquistar sua terra.

Na década de 1940, Monbeig (1984) demonstrava que a sociedade pioneira era hierárquica e desigual e que a ambição do enriquecimento rápido era o seu móvel. O geógrafo denomina pioneiro todos os agentes que participaram de sua edificação: grandes fazendeiros, grileiros, vendedores de terras (especuladores individuais ou companhias imobiliárias), colonos, meeiros, pequenos proprietários e assalariados.

Por outro lado, não podemos censurar por completo a historiografia tradicional.

---

<sup>14</sup> Há pioneiros vencedores: grandes fazendeiros, companhias imobiliárias, oportunistas que enriqueceram ilicitamente aplicando golpes de terras, especuladores e mesmo colonos que acumularam penosamente certo capital com seu trabalho. Há, porém, aqueles pioneiros que são vencidos: os incautos que se deixaram seduzir pelo otimismo da época e perderam suas economias adquirindo falsos títulos e a grande massa de trabalhadores rurais duramente explorados (ARIAS NETO, 1998).

<sup>15</sup> Alguns trabalhos que visam criticar o discurso oficial acabam por reforçar, “por contraste”, a mitologia do pioneirismo. Neste sentido, dizer que as memórias dos homens e mulheres que ajudaram a construir a região foram soterradas, como faz Arias Neto, é mais apropriado do que afirmar que os “verdadeiros desbravadores” não têm nome, nem memória, como alega Almeida. Haja vista que os pequenos agricultores não são propriamente “pioneiros sem memória”, mas detentores de uma “memória subalterna”.

<sup>16</sup> Uma das alcunhas pela qual foi chamada a cidade de Londrina.

<sup>17</sup> Os historiadores devem se posicionar a favor do universalismo, porque é a única condição necessária para o entendimento da história da humanidade, inclusive de qualquer fração específica desta. Pois todas as coletividades fazem parte de um mundo mais amplo e complexo. Portanto, não basta a história da identidade, destinadas apenas aos judeus, negros, mulheres, proletários ou homossexuais. Não pode ser uma boa história, embora seja confortadora aos que a praticam (HOBSBAWM, 1998).

Na tentativa de recuperar a trajetória de pessoas comuns, nos deparamos com um grave problema. Se o documento é a base para o julgamento histórico (KARNAL; TATSCH, 2009), como estudar a história de vida daqueles que não deixaram uma escrita de si, um diário íntimo, uma correspondência ou uma autobiografia (CORBIN, 2005)? Como conhecer o cotidiano dos primeiros agricultores do norte do Paraná, se os colonos, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, eram pessoas de origem humilde e, na maioria das vezes, iletradas?<sup>18</sup> Ao deixar uma memória de si, Braz Ponce Martins, migrante anônimo, pequeno proprietário de terras e cafeicultor, contribui para o enriquecimento da História Regional.

Portanto, é relevante ouvir as testemunhas dos processos, pois a história mostra cada vez com mais frequência não a vida dos heróis e das figuras públicas e sim a do homem comum (BORGES, 2004). A história pertence, sobretudo, àqueles que a viveram e cabe ao historiador torná-la inteligível a seus contemporâneos (ROUSSO, 2001).

Porém, a crescente revalorização da memória, tanto na esfera individual como nas práticas sociais e no interior da historiografia, o “boom” atual da história oral, das biografias e autobiografias convivem com um movimento inverso, que aponta um descaso ou fragilidade teórica. Pois, muito se fala sobre memória histórica, mas pouquíssimo se reflete sobre ela (SEIXAS, 2004). O que torna necessário pontuar as relações entre a memória e a história.

### **As relações entre Memória e História**

É importante esclarecer as concepções teóricas que embasaram a utilização da narrativa autobiográfica, como fonte principal de nossa dissertação. Uma vez que estamos analisando a memória de um indivíduo, é fundamental discutir as relações entre memória e história. Em primeiro lugar, elencamos suas semelhanças e diferenças; em segundo, justificamos a importância da memória como objeto da história; e, por fim, apontamos suas fragilidades.

Segundo Chartier (2009), o conhecimento histórico é só uma das modalidades da relação das sociedades com o passado. A memória confere uma presença ao passado talvez mais poderosa. A memória está relacionada ao reconhecimento do passado, enquanto testemunho, em oposição à representação do passado pela história, baseada

---

<sup>18</sup>Os pesquisadores que trabalham com classes populares recorrem à história serial e/ou à história oral.

nos documentos. Para certificar a representação histórica do passado, o discurso histórico se apoia no testemunho da memória, que assegura a existência de um passado que foi e não é mais.

Pierre Nora (1993) aprofunda a distinção entre o relato histórico e o discurso da memória. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências. Ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.

Para Ricoeur (2007), a memória é mais do que um objeto da história, pois permanece como a guardiã de algo que efetivamente ocorreu e aproxima-se da história pela sua “ambição de veracidade”. Assim, a memória possui uma vantagem em relação à história, que é o reconhecimento. A história não reconhece, reconstrói.

Entretanto, para Rousso (2001), a questão ritual das diferenças entre história e memória parece ultrapassada. Em primeiro lugar, porque opor, de um lado, a reconstrução historiográfica do passado, com seus métodos, sua distância e pretensa cientificidade e, de outro, as reconstruções múltiplas feitas pelos indivíduos ou grupos, faz tão pouco sentido quanto opor o mito à realidade. O historiador tem a tarefa de estabelecer verdades históricas, com base em fontes de informação diversas. É ilusão achar que é possível descrever ou explicar “o que realmente aconteceu”.

Em segundo lugar, um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador, não falará senão do presente. Com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, mas tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que pretende recuperar com sinceridade e veracidade (ROUSSO, 2001).

Em que medida a experiência individual pode ser representativa? Até que ponto uma história de vida fornece informações sobre a história da sociedade? Vários autores consideram que as biografias de indivíduos comuns concentram todas as características do grupo e ilustram formas típicas de comportamento (ALBERTI, 2005).

Isto se deve ao fato da memória individual não estar isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. A memória autobiográfica

se apoia na memória coletiva,<sup>19</sup> pois toda a história de vida faz parte de uma história geral. As lembranças dos outros reforçam e completam as do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado, visto que cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo, maiores e menores (HALBWACHS, 2004).

Deste modo, os elementos constitutivos da memória são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo, os “vividos por tabela”, ou seja, pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. A identificação com este passado é tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.201).

A memória pessoal transforma-se em fonte histórica porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Neste sentido, um texto de memória autobiográfica é a forma singular mais acabada de uma memória coletiva (MALUF, 1995). Logo, não existe lembrança decorrente da imaginação pura e simples, ou de uma representação histórica exterior (HALBWACHS, 2004). Como todas as atividades humanas, a memória é compartilhada, razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história social (PORTELLI, 2001).

Embora os críticos da memória coloquem-na como não confiável como fonte histórica, alegando ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da velhice (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2001). Em seu estudo sobre memórias de velhos, Bosi (1994) demonstra que é possível apreender uma história social bem desenvolvida nas lembranças de idosos. Quando deixam de serem membros ativos na sociedade, os idosos assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal. Para Bosi (1994), a autobiografia, a narração da própria vida, constitui-se no testemunho mais eloquente dos modos que as pessoas têm de lembrar.

---

<sup>19</sup> O conceito de memória coletiva cunhado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, na década de 1920, que parte de uma reflexão durkheimiana para destacar a participação determinante do grupo social na reconstrução das lembranças, vem sendo questionado por pesquisadores como Pierre Nora, Michael Pollak, entre outros, por não incluir a esfera do “conflito”. Para Pollak (1992, p.204), “memória é um fenômeno construído social e individualmente [...]. Vale dizer que memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais”. Atualmente, o termo “memória social” é preferível ao de “memória coletiva”.

Com base nesta argumentação, podemos afirmar que as memórias de Braz Ponce Martins não são exclusivamente dele, mas remetem à comunidade a qual pertenceu. Suas lembranças são também as de sua família e amigos, revelando a história de todo o grupo. E o fato de ter sido escrita por um idoso não desqualifica a autobiografia. Ao contrário, é um documento histórico, porque fornece informações sobre os modos de vida dos primeiros agricultores do norte do Paraná.

Em suma, a memória é um importante objeto de pesquisa histórica, devido a sua função de manter vivos os acontecimentos passados. Todavia, é suscetível aos esquecimentos,<sup>20</sup> às manipulações e é carregada de subjetividade, visto que o tempo e as experiências podem modificar as lembranças dos indivíduos. Logo, as informações advindas da memória não são representações realistas do passado, mas construções individuais conforme a importância atribuída aos fatos narrados (PRIORI, 2010).

A memória introduz o passado no presente modificando-o, atualizando-o. Constrói o real, muito mais do que resgata ou descreve-o como “realmente aconteceu” (SEIXAS, 2004). Deste modo, o historiador precisa identificar os princípios de seleção e observar como variam de lugar para lugar, de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis e é necessário compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites desta maleabilidade (BURKE, 2000).

Bourdieu (2001) explica que, ao expor suas memórias, o indivíduo seleciona certos acontecimentos significativos em detrimento de outros e estabelece entre eles conexões adequadas a fim de dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real. Trata-se de um esforço de representação, de produção de si mesmo. É um discurso formulado com um determinado objetivo, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos. Com isso, as experiências de vida são submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.

O conceito de “ilusão biográfica”, proposto por Bourdieu (2001), segundo o qual o indivíduo incorpora um sentido à sua trajetória, como se tudo já levasse a um fim

---

<sup>20</sup> Se falarmos de memória, não podemos deixar de mencionar seu averso, o esquecimento. Segundo Ricoeur (2007), é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a memória se define como luta contra o esquecimento. Lembrar é não esquecer. Todavia, é o esquecimento que torna possível a memória. Porque se uma lembrança volta é porque um dia havia sido perdida, se é reencontrada e reconhecida, é porque sua imagem sobrevivera.

predeterminado, é constatado na narrativa de Braz Ponce Martins. Ao eleger o café como eixo central da narrativa, Braz direciona sua trajetória, desde a história de seus pais, ao fim único e específico de se tornar proprietário de terras e cultivar a rubiácea. Para conceder este “sentido” à sua vida, vários aspectos são excluídos da autobiografia. Por exemplo, não obstante a cana-de-açúcar ocupasse a maior parte de sua propriedade, no momento em que escreve suas memórias, este produto é mencionado em apenas um parágrafo, no final do livro.

É possível observar a seleção intencional através de outro exemplo significativo: a pouca menção que o autor faz à esposa. Detalhes da vida íntima do casal são completamente inexistentes. Braz cita a data do casamento e apenas comenta a rotina do trabalho no sítio e os cuidados dispensados aos filhos. O que não significa que ela não fosse importante. Ao contrário! Por intermédio da esposa, Mariana Gonçalves Martins, tivemos acesso à correspondência escrita por Braz, em 1959, período em que namoravam à distância, ele em Londrina e ela em Cambé. Na leitura das cartas, percebemos o quanto Braz a amava, a saudade que nutria e os planos para passar o resto de sua vida ao seu lado. Portanto, o caráter seletivo da narrativa é evidente, assim como é impossível lembrar-se de tudo, também é impossível narrar tudo (RICOEUR, 2007).

Concluimos que a memória é a estrutura mais ampla e abrangente, é o próprio cimento da vida cotidiana. É, ao mesmo tempo, uma habilidade natural e uma construção social. A memória não é um repositório passivo, mas ativo, um imenso produto cultural. É o vínculo, material ou ideal, entre passado e presente, que permite manter as identidades a despeito do fluxo do tempo e somar os dias de modo significativo. É essencial tanto para os indivíduos como para a sociedade ou para grupos dentro dela. “Não existe ação que não seja calcada na memória. Mas memória não é apenas um recurso que possibilita a ação. É uma poderosa estrutura, um instrumento para o agir social e, portanto, uma fonte de poder” (GUARINELLO, 2004, p. 28-29).

### **A autobiografia como fonte para a História**

Uma vez pontuada a relevância da memória e seu caráter seletivo, questionamos quais são os limites impostos pela utilização da memória individual como fonte de pesquisa no âmbito da história. Como ocorre o processo de rememoração? Como estas reminiscências são representadas? Autobiografia é ficção ou documento? O que leva

alguém a se autobiografar? Por que julga relevante seu próprio testemunho sobre o momento social que viveu?

Halbwachs observa que a rememoração ocorre juntamente com sua revisão. Porque não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas de acordo com as forças sociais que estão agindo sobre nós. Deste modo, a memória depende do poder social do grupo que a detém (apud FERREIRA, 2011).

Bourdieu percebe que a unidade do “eu” é, na verdade, uma formidável abstração. A “ilusão biográfica” compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos, onde se representa a vida como estrada, caminho, carreira, corrida, etc. Além disso, a ordem cronológica com que se organizam as biografias imprime uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar sentido à existência (apud ALBERTI, 2005).

Segundo Calligaris (1998), diários íntimos e autobiografias respondem a uma necessidade de confissão, justificação ou de invenção de um novo sentido. O indivíduo concebe sua vida não como uma confirmação de regras e de legados da tradição, mas como uma aventura a ser inventada.

Para Aguiar (1997), a autobiografia é uma reconstrução do passado a partir da perspectiva de alguém que considera sua história digna de registro e nunca olha para o ontem de modo descompromissado. Quem a redige situa-se no presente e refere-se ao passado evocando, avaliando e analisando o que viveu. Como lembra Otávio Ianni, ninguém escreve suas memórias para falar mal de si mesmo (apud CUNHA, 2009).

A autobiografia se enquadra na categoria de história de vida, cuja única intermediação está no registro escrito (QUEIROZ, 1991). Portanto, é uma fonte literária. E, de acordo com Velloso (1988), não se pode considerar a produção literária enquanto instância portadora ou refletora do mundo social. Esta concepção, de matriz positivista, é simplista porque considera que a única função da obra literária seria registrar os fatos. Ao passo que esta resulta de convicções, códigos e costumes sociais. Se porventura exprime a sociedade, também a modifica e até mesmo a nega. Se a literatura emerge de uma realidade histórica, isto não implica que deva ser sua fotografia.

Considerando o fator veracidade, poderíamos afirmar que: “literatura não é documento, história é documento” (VELLOSO, 1988, p. 258). Mas, afinal, o que é documento? Segundo Karnal e Tatsch (2009), o documento é a base do julgamento histórico. É qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou

deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita. O documento é um texto a meio caminho, entre o arbítrio de um historiador, de uma sociedade e o seu próprio conteúdo. Não é tão “autônomo” como sonhavam os positivistas, nem tão “submisso” como defende parte do pós-estruturalismo.

Conforme Ferreira (2009), hoje, a fonte literária é valorizada por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas dos homens e mulheres no tempo. A literatura integra o repertório das fontes históricas graças à Nova História que passou a entender o documento em todas as suas formas, não como expressão de verdade e transparência, e sim como um monumento.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz, deve ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si própria (LE GOFF, 1992, p. 548).

Diante do exposto, conclui-se que a oposição objetividade x subjetividade resulta enganosa e não se pode incompatibilizar o discurso histórico e o discurso literário. A obra literária não se indispõe totalmente com a realidade objetiva e pode fornecer um retrato de uma época (VELLOSO, 1988). E a obra histórica também guarda certa dose de subjetividade. Como lembra Paul Veyne (1982), do mesmo modo que o romance, a história seleciona, simplifica e organiza o tempo. O historiador se aproxima da ficção ao fazer com que um século caiba numa página. Em síntese, toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva (THOMPSON, 1992).

Tanto a memória quanto a história revelam-se cada vez mais problemáticas; nem uma, nem outra parecem ser mais objetivas. Nos dois casos, o historiador deve levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção condicionadas por grupos sociais. Lembrar o passado e escrever sobre ele não parecem mais atividades tão inocentes quanto outrora se julgava que fossem (BURKE, 2000).

Assim, a classificação tradicional das autobiografias como verdadeiras ou mentirosas foi gradualmente sendo substituída por uma abordagem mais sutil; que leva

em conta as convenções ou regras de autoapresentação em uma dada cultura, a percepção do “eu” em termos de certos papéis (o nobre honrado, a esposa virtuosa ou o artista inspirado), e a percepção das vidas em termos de certos enredos (a ascensão da miséria à riqueza, ou o arrependimento do pecador convertido) (BURKE, 2008).

É interessante notar que a autobiografia encaixa-se na classificação proposta por Burke (2008). Braz se autoapresenta como o pioneiro desbravador e constrói o enredo de sua história de vida em termos de “ascensão da miséria à riqueza”. O autor procura demonstrar como a família de origem humilde, fugida da miséria na Espanha, consegue ascender socialmente no Brasil, ao adquirir terras. Sua trajetória é permeada pela ideia do enriquecimento alcançado mediante um grande esforço individual. Ao mencionar suas propriedades, Braz enfatiza que tudo partiu dos sete alqueires herdados de seu pai.

Como analisar uma autobiografia? No campo da história da memória, a função da testemunha não é diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter com ela as mesmas precauções (ROUSSO, 2001). Os historiadores devem estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional dos documentos. Pois, quando lemos narrativas de memórias, não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita (BURKE, 2000). Cabe à história, em razão de sua função crítica, remediar e corrigir as fragilidades e os abusos da memória (RICOEUR apud SILVA, 2002).

### **Análise das memórias de Braz Ponce Martins: cotidiano e contexto histórico**

A leitura de uma história de vida não é uma tarefa simples. Necessita, em primeiro lugar, da delimitação de um problema de pesquisa, para que ofereça elementos necessários para a construção do contexto social ao qual se refere (SANTOS, 2005). Nossa problemática de pesquisa centra-se na compreensão das relações cotidianas de pessoas comuns, que participaram da colonização do norte Paraná. A partir da análise da autobiografia de Braz Ponce Martins, cuja intenção manifesta foi contar a história de uma família de cafeicultores. O que nos impele a justificar esta abordagem de pesquisa e esclarecer como o cotidiano vem sendo estudado pelos historiadores.

A ênfase concedida às práticas cotidianas, no estudo das memórias de Braz Ponce Martins, justifica-se diante do fato dos historiadores terem dedicado poucas reflexões ao tema do cotidiano e de seu lugar na História. “Há uma acusação forte de que o cotidiano

sempre ficou à margem de concepções totalizantes que remetem a explicação da realidade social, às estruturas que modelam e cristalizam a sociedade global” (CHIZZOTTI, 1992, p. 97).

Dentre a grande diversidade dos estudos classificados como de História Cultural, incluem-se os dedicados à chamada História da Vida Privada ou História do Cotidiano (GUARINELLO, 2004). A História do Cotidiano é uma corrente nascida na França, na década de 1960. Sua proposta é bem simples: enxergar a realidade sob a perspectiva das pessoas comuns e das práticas, hábitos e rituais que caracterizam o dia a dia delas, tirando o foco dos grandes nomes e acontecimentos políticos e econômicos e voltando-o para a riqueza que está próxima de todos, impregnada pela aparente banalidade do cotidiano. Investigar, por exemplo, como os cidadãos viviam, namoravam, casavam, se divertiam, moravam, eram educados, nasciam e morriam (RAMALHO, 2002).

Com já foi discutido, de uns trinta anos para cá, ocorreu um deslocamento no uso do termo cultura pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, agora inclui a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida (BURKE, 2008). Neste sentido, vale lembrar que, nossa pesquisa se insere no âmbito da Nova História Cultural, porque esta recuperou a importância das experiências vividas, remetendo aos usos de novas fontes e metodologias históricas (SANTOS, 2005).

Estas novas abordagens e métodos libertaram os historiadores de preconceitos atávicos e abriram espaço para uma história microssocial do cotidiano. A percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história, do tempo linear, de noções como progresso e evolução, dos limites do conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riquezas, do poder e à história política institucional (DIAS, 1995).

Uma vez que nosso objeto de estudo é a vida cotidiana de uma comunidade de cafeicultores, na qual o biografado inclui-se, é preciso definir o significado de cotidiano. De acordo com Priore (1997), o termo remete à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. Para Certeau (1994), o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia, ou que nos cabe em partilha, nos pressiona dia após dia, que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

A história da vida cotidiana e da vida privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do

insignificante, das coisas deixadas de lado. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, contém a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997). É a melhor forma de mostrar que a História é feita por todas as pessoas, em todos os momentos da vida – não apenas quando uns poucos participam de feitos extraordinários. Esse viés consolida o estudo dos grupos anônimos, iluminando aspectos da vida deles que até então não eram vistos (RAMALHO, 2002).

Segundo Guarinello (2004), o gênero remonta à velha “História antiquária”, que competia com a História oficial em meados do século XIX. A História do Cotidiano apresentava-se como a história do banal, do corriqueiro, do dia a dia, da rotina. Um pedaço da vida em que nada aconteceria a não ser o absolutamente previsível. No entanto, dominaria nossas vidas no que teriam de mais íntimo, individual, privado. Uma História de viés antropológico, dos hábitos e costumes de diferentes povos: o morar, o dormir, o trabalhar, o comer, o amar, o divertir-se, o descansar e assim por diante.

Nos procedimentos típicos da velha antiquária, o cotidiano aparece quase como oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes, alienantes, quase naturais, sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem efeito transformador. Privilegia a busca do anedótico, de dados dispersos agrupados numa tipologia da vida social adaptável a qualquer época, sociedade ou lugar. Surge como refúgio da história. Trata-se de uma história sem história. Uma História do não histórico (GUARINELLO, 2004).

Todavia, para Agnes Heller (1992), a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. A autora chama a atenção para as estruturas do cotidiano, que considera “o mundo das objetivações”, dentro do qual se dão as ações cotidianas: a linguagem, o sistema de hábitos e o uso dos objetos e que representam o espaço de socialização dos homens, sobre o qual se acumula a cultura humana.

Conforme Priore (1997), o estudo das formas da vida cotidiana faz parte da ciência histórica desde que esta teve como preocupação retratar o itinerário e o progresso da civilização. Logo, os problemas colocados pelo cotidiano não são menores e a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos, já que ela se constrói no dia a dia de discretos atores, que são a maioria. Cotidiano e história não são noções contraditórias. Resta analisar de que modo se operam as relações entre ambos.

Seguindo a linha proposta por Guarinello (2004), entendemos o cotidiano como uma instância temporal. Embora os historiadores aproximem cotidiano e longa duração,

como o tempo do não acontecimento. Só é possível superar a falsa dicotomia entre cotidiano e história, se pensarmos o cotidiano não como tipos específicos de ação ou como uma dimensão particular das interações humanas, mas como tempo plenamente histórico, no sentido de ser tanto o tempo do “acontecimento”, quanto do “não acontecimento”. Na origem latina, “quot dies” é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba o instantâneo e o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo.

O cotidiano tem dois sentidos temporais complementares. É o que acontece em um dado dia, num tempo brevíssimo, uma efeméride, e o que acontece todos os dias, num tempo potencialmente longo. Como se manifestam os grandes eventos, as grandes causas senão no dia, a cada dia, num dado dia? Não são eles também cotidianos? Não se produz a própria mudança no dia a dia, por meio de ações concretas, miúdas, que se somam até tomar a forma de acontecimentos? Pequenas e grandes ações, o banal e o excepcional, a repetição e o único, a inércia e a transformação não existem em planos separados da existência, mas convivem, concretizam-se, no mesmo tempo, que é o cotidiano (GUARINELLO, 2004).

Uma vez superada a dicotomia entre cotidiano e história, buscamos compreender o significado de “práticas cotidianas”, termo tomado de empréstimo de Michel de Certeau. O que os sociólogos chamavam de comportamento, Certeau preferiu chamar de práticas. Ele analisou práticas cotidianas, como fazer compras, caminhar pela vizinhança, arrumar a mobília, ver televisão. Uma razão para Certeau se referir às práticas, e não ao comportamento, era fazer com que os leitores levassem as pessoas sobre as quais escrevia tão a sério quanto elas mereciam. Ao criticar a noção de “habitus” proposta por Bourdieu, Certeau contradiz a ideia de que as pessoas comuns não têm consciência do que fazem (BURKE, 2008).

Certeau nos mostra que o homem comum inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a essa conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que ele chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Ele acredita nas possibilidades de a multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social e a violência das coisas (DURAN, 2007).

Para reconhecer de que maneira os atores sociais dão sentido às suas práticas

cotidianas, recorremos à Chartier (2009). Para o autor, é preciso eleger como objeto a tensão entre as capacidades inventivas e as restrições e convenções, ou seja, a posição que os atores ocupam nas relações de dominação, que limitam seu pensamento e ação. Nesta perspectiva, consideramos que os atores sociais analisados – a comunidade de cafeicultores participantes da colonização do norte do Paraná – não obstante possuíssem liberdade inventiva e adaptassem suas práticas às suas necessidades cotidianas, estavam subjugados às relações de poder. Assim, suas ações eram limitadas pelo grupo dominante, onde se incluíam o Estado, as companhias colonizadoras, as leis de mercado e os grandes proprietários de terra.

Com relação à capacidade criativa dos atores sociais em questão, citamos o seguinte exemplo. Na época da Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido o racionamento de alimentos. A comunidade que estudamos encontrou uma saída para a falta de suprimentos: o escambo. Braz levava o melaço produzido no sítio de sua família para a escola e trocava pelo pão, milho e outros alimentos trazidos por seus colegas. E o querosene, um dos produtos racionados, foi substituído pelo óleo de mamona.

Por outro lado, sabemos que a produção de café que sustentava esta família e a economia paranaense no período, não dependia apenas das ações de seus produtores. Durante a Segunda Guerra, os mercados europeus se fecharam para o café, impondo sérias restrições ao seu comércio. Outras dificuldades se seguiram, como secas e geadas, acarretando a diminuição da produção cafeeira. Após a guerra os preços subiram. E o governo passou a investir na racionalização e no aumento da produção do café. Em suma, embora concordemos que os indivíduos influenciam no curso da história, não podemos deixar de considerar as forças conjunturais e estruturais.

Partindo do pressuposto de que as memórias de Braz Ponce Martins deixam transparecer o cotidiano de sua família e, conseqüentemente, da comunidade a qual pertencia, citamos os aspectos rotineiros destacados na pesquisa: hábitos alimentares (culinária espanhola; alimentos locais); moradias (“catrana” de árvores, ranchos de palmito, casas de madeira em chão batido); trabalho no campo (cafeicultura, agricultura de subsistência, criação de animais) e na cidade (comércio ambulante, carregamento de bagagens, serviços gerais, auxiliar de escritório, representação de vendas); religiosidade (procissões, promessas, curandeirismo); participação política (eleições, comícios, ideologia); ensino e artes (educação formal; desenho, artesanato); comemorações e lazer (casamentos, natais, festas juninas, carnavais, cinema, passeios); enfim, os sonhos (que

motivaram as constantes migrações: deslocamentos de um país para o outro, entre estados diferentes, do campo para a cidade).

Procuramos adotar a perspectiva de Ferraço (2003), segundo a qual devemos assumir os sujeitos cotidianos não só como sujeitos da pesquisa, mas, também, como nossos autores, reconhecidos, do mesmo modo como assumimos Lefebvre, Giard, Ginzburg, Certeau... Ou seja, os discursos elaborados e compartilhados por esses sujeitos cotidianos precisam ser pensados não como citações e/ou exemplos dos discursos dos autores que estudamos nas academias, mas como discursos tão necessários, legítimos e importantes quanto estes. Assim, não se trata de usar fragmentos, trechos, das falas desses sujeitos apenas como ilustrações.

Em segundo lugar, é imprescindível reconstruir o contexto em que age o indivíduo (LEVI, 2001). Pois, até a mais subjetiva das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes (POLLAK, 1992). Partindo deste pressuposto, dedicamos boa parte da dissertação a confrontar os dados obtidos na autobiografia com a bibliografia sobre os assuntos suscitados – imigração espanhola para o Brasil; expansão da cafeicultura do oeste paulista para o norte e oeste paranaenses; colonização do norte do Paraná – a fim de contextualizar a narrativa.

Concluimos que devemos entender o contexto de criação das memórias, as razões pelas quais as pessoas apresentam suas lembranças de forma específica, a relação entre a memória individual e coletiva e a pluralidade de memórias acerca de um mesmo acontecimento. Em síntese, ao trabalhar com recordações do passado, o historiador deve ter certos cuidados metodológicos: problematizar, contextualizar e comparar seu objeto. Com esta análise crítica, é possível construir o conhecimento histórico (PRIORI, 2010).

**Recebido em: 03/05/2013**

**Aceito em: 09/08/2013**

## REFERÊNCIAS

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960*. Assis, Dissertação de mestrado, UNESP, 1991.

AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da Memória: um estudo sobre Pedro Navas*. São Paulo: Edusp, 1997.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. O norte novo do Paraná. In: *Grandes regiões e grandes pioneiros*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1995.

ALBERTI, Verena. Os historiadores e a fonte. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. *Participação social dos operários de origem rural em uma área urbana: Londrina*. Curitiba: Grafipar, 1981.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. *A Morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1995.

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. Londrina: EDUEL, 1998.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 29-42, 1989.

BELLOTTO, Manoel Lelo. A Imigração Espanhola no Brasil. Estado do fluxo migratório para o Estado de São Paulo (1931-1936). *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv-Israel, v.3, n.2, p.59-73, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brunesieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M.

(coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CASTELLS, Manuel de. A construção da identidade. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Entre a memória e a história. In: PRIORI, Ângelo (org.) *História Memória e Patrimônio*. Maringá: EDUEM, 2009.

CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene; VARELLA, Izaura; MESQUITA, Wilma. *Cianorte. Sua história contada pelos pioneiros*. Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERNEV, Jorge (org.). *Memória e Cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem*. Londrina: IPAC/ UEL/ MEC.SESU, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.25, n.49, p.11-31, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique. História local e horizonte

biográfico: Jorge Ferreira Duque Estrada em Maringá. In: PRIORI, Angelo. (Org.) *História, memória e patrimônio*. Maringá: EDUEM, 2009.

DURAN, Marília Claret Geraes. *Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau*. Diálogo Educ., Curitiba, v.7, n.22, p.115-128, setembro-dezembro, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FORTUNA, Sonia Castelo Branco. *Terapias Expressivas, Demência de Alzheimer e Qualidade de Vida*. Campinas: Editora Alínea, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina; NARANJO OROVIO, Consuelo. Notas bibliográficas sobre la emigración española a América Latina em el siglo XX: El caso de Cuba y Brasil. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C.I.S/REIS, n. 26, p.215-226, abril/junio, 1984.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*, v.24, n.48, p.13-38, dezembro. 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história da identidade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo:

Contexto, 2009.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, 1998, p.89-103.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: *Imagens na história*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PONCE MARTINS, Braz. *Memorial de um Século de Cafeicultores*. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda., 2003.

PONCE MARTINS, Gelise Cristine. *As relações cotidianas de uma comunidade de cafeicultores, nas memórias de Braz Ponce Martins (1897-1975)*. Maringá, Dissertação de mestrado, UEM, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PRIORI, Angelo. Memória individual, memória coletiva. In: *Introdução aos estudos históricos*. Maringá: EDUEM, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura. Pereira de. Introdução. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A.

Queiroz, 1991.

RAMALHO, Priscila. A história em detalhes. *Revista Escola*, São Paulo, Editora Abril, p. 26-28, julho, 2002.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.24, n.48, p.366-384, julho-dezembro, 2011.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... *Revista Estudos Históricos*, v.11, n.21, p.35-42, 1998.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p.425-438, 2002.

SOUZA, Éder Cristiano de. *Os excluídos do café: as classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina, 1944-1969*. Maringá, Dissertação de Mestrado, UEM, 2008.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.239-263, 1988.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 1982.